



Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas
no marco dos 60 anos da UnB

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas
no marco dos 60 anos da UnB

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60 

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo

Revisão : Denise Pimenta de Oliveira
: Emily Dias de Matos

Projeto gráfico : Cláudia Dias

Foto de capa : Inês Ulhôa / Editora UnB

Ilustrações : Petchó Silveira

Fotos de ilustrações : Carlos Borges

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Camila Moreira Mendes Barcelos – CRB 1/2193

V111 Vá no seu tempo e vá até o final : mulheres negras
cotistas no marco dos 60 anos da UnB / Dione
Oliveira Moura, Deborah Silva Santos
(organizadoras). – Brasília : Editora
Universidade de Brasília, 2022.
168 p. ; 27 cm.

ISBN 978-65-5846-127-2 (impresso).
ISBN 978-65-5846-121-0 (e-book).

1. Mulheres negras. 2. Universidades e
faculdades - Ingresso. 3. Programas de ação
afirmativa na educação. 4. Universidade de
Brasília - História. I. Moura, Dione Oliveira
(org.). II. Santos, Deborah Silva (org.).

CDU 378.014 (09)



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação

“Quando as mulheres negras se movem...” 9

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

Parte 1

Nossos passos vêm de longe

Jornalista, professora, pesquisadora negra americana e relatora do projeto da política de ações afirmativas da UnB: a vivência de uma epistemologia afrocentrada 17

Dione Oliveira Moura

Ações afirmativas para estudantes cotistas na UnB 23

Deborah Silva Santos

Vinte anos do EnegreSer:

aprender e fazer História com o movimento negro 29

Aida Feitosa

Parte 2

Nós, mulheres negras americanas, na construção da história da UnB

O papel histórico da primeira turma de cotas raciais na UnB 37

Aline Pereira da Costa

Alegria da experiência como cotista negra 43

Andressa Marques da Silva

E agora sou eu que vivo esta história! 47

Anna Caroline Costa Silva

Uma revoada em curso 49

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Cotas para negros despertam a consciência para os problemas sociais relacionados a raça e cor 53

Dalila Noletto Torres

“Isso é por eu ser uma mulher preta?” 59

Deborah Carolina Silva Duarte

É desta terra fértil que nasce e floresce muito do que sou e do que faço 63

Elen Cristina Ramos dos Santos

Na UnB, aprendemos a nos posicionar politicamente para as lutas sociais 69

Flora Egécia

Nossas vidas importam 73

Hallana Moreira Ramalho Costa

O sistema de cotas para negros é, sim, um direito 79

Iara de Jesus dos Santos

A primeira da família a ingressar no ensino superior 85

Juciele Fonseca

Explorar tudo o que a UnB pode oferecer 87

Julian Esttefane da Silva Reis

O papel das professoras negras e antirracistas para a inclusão das cotistas negras 91

Kátia Silene Souza de Brito

Transcender como negra a cada dia 97

Keila Meireles dos Santos

A importância do sistema de cotas para negros na minha trajetória 101

Letícia Bispo

Ocupar um espaço que pertence ao povo negro 107

Maria Antônia Perdigão

Sou uma mulher negra, fui criada por mulheres negras e me inspiro nessas mulheres 115

Mariana Paiva Soares

O empoderamento a partir do ingresso na Universidade como cotista racial 119

Michele Duarte da Silva

Nós, negros e negras, somos capazes e merecemos estar na UnB 127

Vitória Carolina Silva Duarte

O empoderamento para contribuir com a comunidade quilombola e a região 131

Maria Lúcia Martins Gudinho

Parte 3

Celebrar as vitórias e avançar

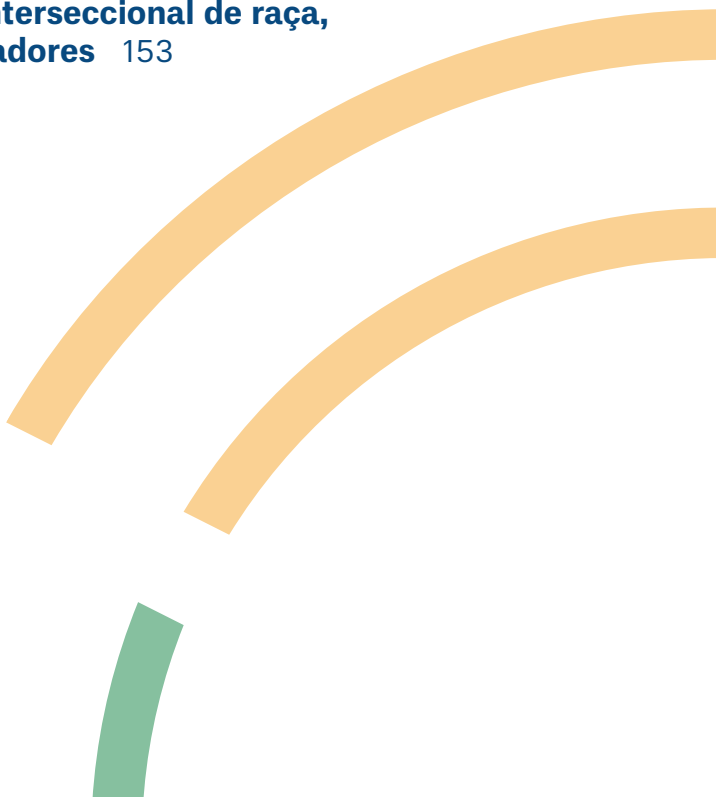
À guisa de conclusão: 60 anos da UnB, 19 anos da política de ações afirmativas na UnB 143

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

Posfácio – Uma abordagem interseccional de raça, gênero, classe e outros marcadores 153

Renísia Cristina Garcia Filice

Sobre as autoras 161





“Quando as mulheres negras se movem...”

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

“Quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade.”
(Angela Davis, 2018)

A educação sempre foi entendida pela população negra brasileira, organizada ou não, como possibilidade de enfrentamento ao racismo, de promoção da igualdade racial e superação das desigualdades econômicas, políticas e sociais. A adoção das políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil data da última década do século passado, quando, a partir da inflexão dos movimentos negros brasileiros, o problema das desigualdades raciais passou a ser reconhecido como um dos problemas nacionais brasileiros.

Essa constatação deve-se à realização de pesquisas e à publicação, no período, de vários diagnósticos que traduziram quantitativa e qualitativamente as disparidades entre as condições de vida dos grupos negros e brancos que integram a população brasileira. Esses estudos apresentaram graus de expectativa de vida, mortalidade infantil, mobilidade social e acesso a mercado de trabalho, moradia e educação muito diferenciados entre brancos e negros, sendo esses últimos sobrerrepresentados nas classes econômicas de menor renda.

O governo brasileiro, que até então promovia o país como um lugar de democracia racial, impedindo que a extrema desigualdade entre negros e brancos fosse evidenciada como mais um dos problemas sociais do país, admitiu no ano de 1996¹ que as políticas públicas universalistas, adotadas desde o fim da escravidão, foram promotoras e

¹ No ano de 1996, o Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça realizou, na Universidade de Brasília o Seminário Internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, com o intuito de discutir a discriminação racial no Brasil. No discurso de abertura desse seminário, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, comprometeu-se a implementar políticas de reparação das injustiças cometidas contra os negros brasileiros e conclamou os participantes a encontrarem soluções criativas para esse problema, admitindo de modo inequívoco a existência de discriminação racial no Brasil (Souza, 1997).

mantenedoras de privilégios ao grupo racial branco. Reconhece assim o racismo e a discriminação racial da sociedade brasileira em relação à parcela negra da população.

Ainda é um desafio dar visibilidade aos trabalhos profissionais, às memórias, às invenções e práticas culturais e religiosas, aos patrimônios e à produção de conhecimento das mulheres negras, pois isso significa romper os olhares elitistas e eurocêntricos que têm a língua privilegiando o masculino; as lógicas androcêntricas na descrição das ocupações e instituídas nos relatos e na homogeneização das vivências femininas. Em suma, significa superar a designação das experiências masculinas como representativas da humanidade, sem distinção das diferenças de gênero; superar a questão racial como marcadora da diferença entre os homens e pautar o reconhecimento da diversidade das vivências de mulheres para além da representação da mulher branca como única.

Mesmo sendo agregadoras de todas as formas de dominação e estarem em situação de desvantagem social, as mulheres negras não têm se portado como vítimas e têm criado condições e rumos para suas vidas, conseqüentemente se tornando agentes e modelos sociais. Exemplo disso é a presença e atuação dessas mulheres no movimento social negro contemporâneo desde o final dos anos 1970 e na década de 1980, criando coletivos e associações políticas próprias e entendendo sua especificidade na luta antirracista e antissexista, identificada como o feminismo negro, lidando ainda com a acusação indevida de dividirem o movimento negro e feminista.

Foi durante a Conferência das Mulheres em Beijing (Pequim) em 1995 que se concretizou, nos contextos nacionais, a construção do que significa a mulher negra como categoria teórica e existencial. Outro momento de consolidação da luta das mulheres e de empoderamento teve seu ápice em 2001 na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na cidade de Durban na África do Sul – mais conhecida como a Conferência de Durban –, quando a articulação feminina das mulheres negras da África e da Diáspora Africana elegeram Edna Roland uma feminista negra brasileira como Secretária Geral do evento.

Atualmente, como define Grada Kilomba (2019), as mulheres negras são o

outro do outro não são somente oprimidas por homens – *brancos e negros* – e por formas institucionalizadas de sexismos, mas também pelo racismo – tanto de mulheres *brancas* quanto de homens *brancos* –, além das formas institucionalizadas de racismo (Kilomba, 2019, p. 103).

A autora sintetiza assim as teorias das ativistas negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Sueli Carneiro e Edna Roland, dentre outras, que pontuaram as questões das mulheres negras na tripla exploração de raça, gênero e classe, o que teóricas afro-estadunidenses como Kimberle Crenshaw, Angela Davis e Patrícia Hill-Collins, dentre outras pensadoras, denominaram como interseccionalidade.

Após a realização da Conferência de Durban, e com a atuação relevante da Comissão de Durban e do movimento negro, pode-se dizer que o governo brasileiro passou a adotar ações de enfrentamento ao racismo. A Declaração de Durban se constitui como um marco na luta antirracista

brasileira ao unir o movimento negro nacional e a comunidade internacional na pressão para a implantação das ações afirmativas,² identificadas como a política pública capaz de combater o racismo e promover a igualdade racial e a valorização da história e cultura afro-brasileira.

O Movimento Negro Brasileiro, como define Nilma Lino Gomes (2017), sempre foi educador, ou seja, teve como uma das bandeiras principais a educação e a educação das relações raciais. Nesse sentido, uma das primeiras ações afirmativas implementadas teve como alvo a educação superior, por meio da instituição das cotas étnico-raciais, ou seja, da implantação do sistema de reserva de vagas para o acesso às universidades com recorte étnico-racial.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade pública federal a adotar o sistema, aprovado em 6 de junho de 2003, sem o recorte econômico. Na mesma oportunidade, criou também o vestibular específico para a população indígena em parceria com Fundação Nacional do Índio (Funai).

A presença de homens e mulheres negras na UnB propiciou a alteração visual no corpo discente, um “enegrecimento”, e, nos estudos e pesquisas, surgiram novos temas e problemas tendo como objeto a população negra. Vale ressaltar que as mulheres negras, ao se inserirem no sistema de cotas, buscaram dar voz e visibilidade à sua realidade, entrecruzando as categorias de raça e gênero. Assim, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais propiciaram o rompimento dos ditames de viés colonialista, racista e sexista presentes na história brasileira e, como sobreviventes dos processos de desumanização, assumiram o “poder da memória” e seu lugar político e social combatendo a ausência das pessoas negras (Chagas, 2002).

Esse breve panorama das questões antirracistas, feministas negras e relativas às ações afirmativas na educação superior serve para situarmos o tema desta publicação, que reúne os relatos de trajetórias de 21 jovens mulheres amefricanas que ingressaram pelo sistema de cotas raciais na graduação e na pós-graduação da Universidade de Brasília, relatos registrados na parte II deste livro. São memórias e sensações que, plasmadas na vida cotidiana, revelam as artes de vivência e sobrevivência, mesclando-as com as formas de sustentar e orientar o corpo de mulher negra e de se fazer presente sob a opressão do racismo. Nós, organizadoras da obra, consideramos este um marco fundamental nos 60 anos da UnB.

Nossa intenção é dar visibilidade à existência dessas mulheres amefricanas e suas lutas para conquistar um diploma de ensino superior (várias delas se diplomaram também na pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado), reconhecendo a importância histórica das cotas raciais nas trajetórias aqui relatadas.

No catálogo da exposição *Ocupação*, do artista negro amazonense Petchó Silveira, cujas ilustrações são reproduzidas em nosso livro, o curador Thiago Lima de Souza destaca que Petchó “traz em sua obra a carga emocional de sua história, de sua existência, transportando para telas personagens, mensagens e memórias de tudo aquilo que o cerca”. Foi por tal

² “Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e a marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros” (GTI/População Negra, 1996, p. 10).

sensibilidade e pela sócio-historicidade representada pelas mulheres retratadas em suas obras que Petchó recebeu – e aceitou – o convite para compor o repertório artístico de nosso livro.

Nós, as duas organizadoras da obra, professoras negras amefricanas, parceiras em projetos históricos pela promoção da igualdade racial na UnB, Dione Moura e Deborah Santos, agradecemos imensamente às nossas autoras, mulheres negras carregadas de amefricanidade – categoria político-cultural cunhada por Lélia Gonzalez (1988). Nossa gratidão a nossas autoras amefricanas, vocês que apoiam, participam e participaram como ingressantes na UnB por meio da política de cotas raciais e que aceitaram falar, em nossa coletânea, sobre suas vivências, pesquisas e aprendizagens plenas de amefricanidade.

Também deixamos aqui, nestes relatos, nossos parabéns à comunidade acadêmica da UnB – no marco de seus 60 anos, celebrados neste ano de 2022 – por buscar, a cada dia mais, incluir gerações de mulheres negras amefricanas brasileiras via políticas de ação afirmativa. Eis aqui um registro dessa bela história.

Referências

CHAGAS, Mário Souza. Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia* [eletrônica], v. 19, n. 19, p. 35-67, 2002.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GTI/População Negra. Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. *Relatório Final*. Brasília, Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1996.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, Brasília, 1997. *Anais [...]* Brasília, Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1997.



Sobre as autoras

Dione Oliveira Moura (organizadora)

Professora titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB). É graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1986), mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (1990) e doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2001). Na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), atuou como sócia fundadora, diretora editorial (2004-2005 e 2006-2007), coautora do projeto editorial da *Brazilian Journalism Research* (BJR) (2004) e presidenta (2011-2013). Foi diretora da Socicom e atualmente é diretora regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej). Na UnB, é docente do quadro desde setembro de 1995 e atuou em funções administrativas e acadêmicas, na vice-chefia e chefia do Departamento de Jornalismo, na Coordenação de Graduação, na Coordenação de Pós-Graduação e na Diretoria de Apoio à Pós-Graduação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação. Atualmente, é diretora da FAC (Gestão 2019-2023). Também na UnB atuou e atua em conselhos e câmaras, como o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), dentre outros. No que diz respeito ao tema central deste livro, foi eleita pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB como relatora do processo de implantação da política de cotas e ingresso de indígenas na UnB, quando da aprovação do Plano de Metas para a Integração Social Étnica e Racial da UnB pelo Cepe em 6 de junho de 2003; e, além disso, desenvolve pesquisas e orienta projetos de pesquisa relacionados a jornalistas negras e igualdade racial.

Deborah Silva Santos (organizadora)

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT) – Lisboa/Portugal. Mestra em História Social pela PUC/SP. Especialista em Museologia Avançada pelo Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Historiadora pela PUC/SP. Atualmente é professora na Universidade de Brasília (UnB), atuando no curso de Bacharelado em Museologia. Ex-aluna do Workshop de Dissertação Mark Claster Mamolen (2018) do Afro-Latin American Research Institute/Harvard University. Pesquisadora do grupo de pesquisa Museologia, Memória e Patrimônio do PPGCInF da FCI/UnB. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa

em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero (GEPPHERG). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB/CEAM/UnB). Áreas de pesquisa: museu e Museologia, estudos das relações raciais, mulheres negras, memória e patrimônio afro-brasileiro e museus afro-brasileiros.

Aida Feitosa

Atua profissionalmente como jornalista, analista ambiental, professora e pesquisadora. Como ativista do movimento negro brasileiro, participou da criação do EnegreSer (Coletivo de Estudantes Negros da UnB), fundado em 2001; integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira); e integra o Coletivo Beatriz Nascimento (que reúne estudantes negros e indígenas da Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ). Graduada e mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Aline Pereira da Costa

Graduada em 2008 pela UnB. Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Cefet/RJ em 2019. Também se especializou em Adolescência e Juventude pela Universidade Católica de Brasília em 2012. Foi bolsista (2005-2008) e vice-coordenadora do Programa Afroatitude UnB entre os anos de 2009 e 2010, quando ingressou na carreira pública de assistência social do Governo do Distrito Federal. Chefiou o Núcleo de Afroempreendedorismo da Secretaria de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (2015) do GDF e compôs o Comitê de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal (2020). Atualmente, trabalha como educadora social na Secretaria de Desenvolvimento Social do GDF e integra o Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Territorialidades e Movimentos Sociais da Universidade Estadual do Piauí.

Andressa Marques da Silva

Graduada em Letras pela UnB, mestra e doutora em Literatura pela UnB. Atua na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal na elaboração de documentos norteadores e acompanhando as políticas públicas da instituição voltadas para os/as estudantes negros/negras e também em um projeto de formação de leitores a partir da experiência literária, especialmente com autoras negras.

Anna Caroline Costa Silva

Bacharela em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB); moradora de Brazlândia-DF e bolsista de extensão do Projeto Comunicação Comunitária (ComCom) da FAC-UnB.

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Mestranda em Direito na UnB. Leonina, piauiense, afro-indígena, advogada popular. Associada do Coletivo Antônia Flor – Assessoria Técnica em Direitos Humanos do Piauí. Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela Faculdade Adelman (FAR).

Dalila Noleto Torres

Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora visitante (em estágio-sanduiche) na Universidad Centroamericana en Managua, Nicarágua. Mestre em Estudos Latino-Americanos pelo Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies (LLILAS) da University of Texas at Austin (UT Austin). Graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília. É membro do Grupo de Estudos sobre México, América Central e Caribe (MeCACB/ELA) e do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG/ELA).

Deborah Carolina Silva Duarte

Graduada em Biotecnologia na UnB. Membro da Genesys Biotecnologia (Empresa Júnior) de 2017 a 2020, onde foi assessora dos setores administrativo e financeiro de agosto de 2017 a dezembro de 2018; diretora dos setores administrativo e financeiro de janeiro de 2019 a junho de 2019; diretora de operações de julho de 2019 a dezembro de 2019; e vice-presidente de janeiro de 2020 a dezembro de 2020. Estagiou no Laboratório de Fisiologia Vegetal da UnB do segundo semestre de 2019 ao primeiro semestre de 2020 e no Laboratório de Biologia Forense da Polícia Civil do DF de junho de 2021 a agosto de 2021.

Elen Cristina Ramos dos Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Licenciada em Ciências Sociais e Bacharela em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Flora Egécia

Designer e cineasta, graduada em Desenho Industrial pela UnB e mestranda em Design no PPGDesign IdA/UnB. Em sua trajetória realiza diversos projetos sobre raça, gênero, saúde mental e política. É sócia do Estúdio Cajuína e recebeu, em 2017, o Prêmio do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal no eixo Culturas Afro-brasileiras. Diretora do documentário *Das Raízes às Pontas* (2015), dentre outras produções.

Hallana Moreira Ramalho da Costa

Bacharela em Jornalismo pela Universidade de Brasília (2020). Jornalista profissional, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

Iara de Jesus dos Santos

Jornalista, graduada em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Ingressou na UnB em 2015; defendeu, em 2021, o TCC *Ir à luta e garantir nossos espaços: Marcha das Mulheres Negras, memórias e novas vivências*. Participou da empresa júnior Pupila Audiovisual como membro de produção, direção de arte e como diretora de capacitação entre 2016 e 2018. Atualmente é produtora no “Canal Empreender”, na TV fechada, parceria entre o grupo Bandeirantes e o Sebrae.

Juciele Fonseca

Técnica de som direto de Brasília, graduada em Audiovisual pela Universidade de Brasília. Dentre os trabalhos realizados profissionalmente como técnica de som, destacam-se os documentários em longa-metragem *Mundo Pequeno* (Gustavo Amora, 2018), *Sementes – Mulheres pretas no poder* (Júlia Mariano) e *Confluências* (Dacia Ibiapina), além dos curtas-metragens *Mens who Talk* (Cristin Noelle, 2020), *Filhas de Lavadeira* (Edileuza Penha, 2018), dentre outros.

Julian Esttefane da Silva Reis

Graduada em Pedagogia pela UnB. Estuda Sociologia da Educação com foco no acesso e permanência no ensino superior. Professora temporária da Secretaria da Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Kátia Silene Souza de Brito

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPG-CINF) da UnB e graduada em Museologia pela Faculdade de Ciências da Informação da mesma Universidade (FCI/UnB). Foi bolsista de iniciação científica (Pibic), com pesquisas nos temas Museologia, memória e patrimônio, Museologia virtual e cibermuseologia: estudos conceituais, mapeamentos e análise de manifestações virtuais museais e patrimoniais. Atualmente integra o grupo de pesquisa MUSEOLOGIA LAB: Laboratório de Pesquisa em Cultura digital e Museologia Virtual.

Keila Meireles dos Santos

Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF), especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Tem interesse em estudos sociológicos, Ciência da Informação com foco em produção e disseminação de culturas voltadas para jovens, atuando especificamente nos seguintes temas: juventude, gênero, raça/etnia, ação afirmativa e movimento *hip hop*. De 2017 a 2019 trabalhou como servidora analista de gestão governamental da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Servidora bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Uberlândia (UFO).

Letícia Bispo

Bacharela em Comunicação Social/Audiovisual pela Universidade de Brasília, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalha como curadora, pesquisadora e crítica nas áreas de cinema e audiovisual. É técnica-administrativa em educação, na área de audiovisual, na Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília.

Maria Antônia Perdigão

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação (PPG/FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora no eixo temático racial, atua há mais de uma década no mercado como jornalista, assessora de imprensa e *social media*. Tem vasta experiência em áreas como política, Poder Legislativo e projetos de iniciativas socioambientais. Ao longo de sua trajetória, trabalhou na Câmara dos Deputados e na Executiva Nacional de partidos políticos. Atualmente é gestora das atividades de Comunicação Social de organizações não governamentais e entidades filantrópicas.

Maria Lúcia Martins Gudinho

Graduada em Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação na área de Línguas (Língua Portuguesa, Espanhol, Artes, Teatro e Literatura), na Universidade de Brasília. Membro da Coordenação Pedagógica do Projeto Residência Jovem. Monitora do Núcleo Territorial Kalunga. Fez graduação-sanduíche na Universidade Anton de Kom (Suriname). Especialista em Língua Portuguesa Aplicada ao Ensino Básico – Faculdade UnB Planaltina-DF. Atualmente é assessora de comunicação da Prefeitura de Cavalcante-GO.

Mariana Paiva Soares

Formanda em Comunicação Organizacional pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Trabalha como *social media* do projeto Jovem de Expressão e tem experiência com assessoria de comunicação e imprensa, produção audiovisual, assistência de produção, elaboração de projetos, roteiro e fotografia. Foi roteirista do documentário *Poeira que ainda respiramos*, que fala das memórias da ditadura militar na UnB. Como fotógrafa, participou da exposição *Lembretes do Existir*, na galeria Risofloras.

Michele Duarte da Silva

Licenciada em Ciências Naturais pela UnB, ingressou no ano de 2015 na Universidade. Hoje, atua no sistema socioeducativo da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

Renísia Cristina Garcia Filice

Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero, da Faculdade de Educação da UnB (Geppherg-FE/UnB). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab-CeamUnB) e da Comissão de Acompanhamento de Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação da Universidade de Brasília (Capaa/UnB).

Vitória Carolina Silva Duarte

Mestra e doutoranda em Engenharia Mecânica na Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília (UnB), tem especialização em Engenharia em Segurança no Trabalho pelas Faculdades Cruzeiro do Sul.

Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB

Esta obra vem coroar os 60 anos da Universidade de Brasília, uma Universidade à frente de seu tempo, que tem pontos a serem superados, mas que não estagna.

A cada ano a UnB avança e desponta no cenário nacional como uma das maiores referências do Brasil e da América Latina. Ano a ano, pouco a pouco, a sociedade diversa se faz presente no interior da UnB, e esta se espalha Brasil a fora formando pessoas tecnicamente competentes, humanamente sensíveis e socialmente comprometidas com um outro mundo possível, antirracista, antissexista e tecnicamente qualificado.

Existem ainda grandes desafios a serem superados, inclusive no monitoramento da política, em particular na permanência, mas já colhemos resultados que revelam quão potentes são as políticas afirmativas para mudar o mundo – sim, sonhamos alto.

Nesta obra, os relatos e pesquisas das mulheres negras não deixam dúvidas do quanto podemos sonhar e realizar. Ademais, timidamente, as novas epistemologias estão em curso, os novos currículos, as novas formas de ser e estar no mundo se articulam de forma inter, multi e transdisciplinar.

Renísia Filice